

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1288/2019-PGJ, DE 12.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4117/2018-PGJ, de 5.12.2018, publicada no DOMP nº 1873, de 7.12.2018, com redação dada pela Portaria nº 932/2019-PGJ, de 19.3.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao 1º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS Cel.: 98478-2059
13 (18h01min) a 20.5.2019 (7h59min)	Gerardo Eriberto de Moraes
10 (18h01min) a 17.6.2019 (7h59min)	Francisco Neves Junior

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA CRIMINAIS Cel.: 98478-2059
13 (18h01min) a 20.5.2019 (7h59min)	Francisco Neves Junior
10 (18h01min) a 17.6.2019 (7h59min)	Gerardo Eriberto de Moraes

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1260/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 21.1 e 10.2.2018, a serem usufruídos nos dias 15 e 16.4.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1262/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 8.4.2019, em razão do falecimento de sua genitora, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1261/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça e os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
João Meneghini Girelli	11 e 12.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito	Alexandre Estuqui Junior
Pedro de Oliveira Magalhães	2 e 17.5.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
Lindomar Tiago Rodrigues	22 a 26.4.2019	Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Oscar de Almeida Bessa filho	15 e 16.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
Pedro de Oliveira Magalhães	29 e 30.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
Lindomar Tiago Rodrigues	15 a 17.4.2019	Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1263/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, que seriam usufruídas no período de 24.6 a 3.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1265/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 67º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Luciano Furtado Loubet, a participar do evento “Seminário Internacional de Resíduos Sólidos – Intercâmbio Brasil x EUA”, como debatedor no painel “Reflexão sobre os avanços da gestão e manejo de resíduos sólidos nos Estados Unidos”, que ocorrerá no dia 15.4.2019, em São Paulo/SP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1266/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 67º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Luciano Furtado Loubet, para ministrar palestra no “Painel IV: Acordos Setoriais. Responsabilidade Compartilhada. Princípio Poluidor – Pagador”, no evento “IV Seminário O Ministério Público e a Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa”, que será realizado no dia 10.5.2019, em Belém/PA.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1267/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, a serem usufruídos no período de 15 a 17.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1268/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 29.8 a 5.9 e 12 a 19.9.2018, a serem usufruídos nos dias 22, 23 e 24.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1269/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 7ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ludmila de Paula Castro Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Promotoria de Justiça e a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da mencionada Comarca, no período de 15 a 17.4.2019, em razão de férias compensatórias, e no período de 22 a 24.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1270/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a ser usufruído no dia 17.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1271/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, José Antonio Alencar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, no dia 17.4.2019, em razão de férias, e no dia 22.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1278/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1279/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no período de 10 a 23.4.2019, em razão de licença do Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1280/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1219/2019-PGJ, de 9.4.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Juliana Nonato compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1281/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 12ª Zona Eleitoral, no período de 8 a 12.4.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1282/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1289/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes licença para tratamento de saúde, no período de 28.3 a 3.4.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1290/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 4.3.2017, a ser usufruído no dia 3.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1291/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a serem usufruídos no período de 22 a 24.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1292/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1084/2019-PGJ, de 29.3.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de abril de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
13 e 14.4.2019	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
13 e 14.4.2019	PJ de Rio Negro	Matheus Carim Bucker	99922-8507

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1293/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 15 a 17.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1294/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá, no período de 22 a 26.4.2019, em razão de férias, nos dias 29 e 30.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e nos dias 2 e 3.5.2019, em razão de compensação pela atuação perante o Mutirão do Júri do titular, Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1295/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Camapuã, Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça de Rio Negro, nos períodos de 15 a 17.4.2019 e 22 a 26.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1296/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
21ª	Lindomar Tiago Rodrigues	15 a 17.4.2019	Compensação	Mateus Carim Bucker
		22 a 26.4.2019	Férias	
30ª	Alexandre Estuqui Junior	22 a 24.4.2019	Férias	João Meneghini Girelli
32ª	Felipe Almeida Marques	22 a 26.4.2019	Compensação	George Zarour Cezar
		29 e 30.4.2019	Férias	
		2 e 3.5.2019	Compensação	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1297/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, no dia 22.4.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1300/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 18 (dezoito) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, a serem usufruídos no período 6 a 23.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1284/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gleydson Urbano de Almeida, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 10ª Promotoria de Justiça de Dourados, para, com prejuízo de suas funções, a partir de 2.5.2019, prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1268/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1285/2019-PGJ, DE 11.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, a partir de 2.5.2019, prestar serviços na 10ª Promotoria de Justiça de Dourados, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1268/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1309/2019-PGJ, DE 15.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Jardim, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços nas Promotorias de Justiça de Bela Vista, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1297/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1310/2019-PGJ, DE 15.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cesar da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bela Vista, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços nas Promotorias de Justiça de Jardim, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1297/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1305/2019-PGJ, DE 12.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 25.3.2019, as férias do servidor Fabiano Alves Davy, concedidas por meio da Portaria nº 053/2019-PGJ, de 10.1.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 17.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1306/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.4.2019, as férias da servidora Thuliana Alves da Silveira, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4335/2018-PGJ, de 17.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 27 a 29.5.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ, DE 12.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriana Lorensetti	2017/2018	1º a 10.7.2019	5 a 14.11.2019		6 a 15.5.2019
Alex Yukio Toma	2017/2018	20.5 a 8.6.2019	10 a 19.12.2019		
Alexssandro Crivelli Silva	2018/2019	31.5 a 19.6.2019			21 a 30.5.2019
Aline de Souza Finamor	2016/2017	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.10.2019		1º a 10.4.2019
Anderson Teodoro	2017/2018	13.5 a 1º.6.2019			2 a 11.5.2019
Andrea Rocha Benetti	2016/2017	6 a 15.5.2019	16 a 25.10.2019		20 a 29.5.2019
Ariane Akemi Ito Vieira	2016/2017	24.6 a 3.7.2019	25.9 a 4.10.2019		10 a 19.5.2019
Carlo Zanandreis Lopes	2018/2019	13 a 22.5.2019	18 a 27.11.2019	10 a 19.2.2020	
Carlos Alberto Arguelho	2017/2018	20 a 29.5.2019	3 a 12.7.2019		2 a 11.5.2019
Catarina Costa da Silva	2016/2017	2 a 11.5.2019	2 a 11.9.2019		13 a 22.5.2019
Christiane Naomi Hiratsuka	2016/2017	2 a 11.5.2019	11 a 20.9.2019		17 a 26.6.2019
Denivaldo Chastel Diniz	2017/2018	6 a 25.5.2019			26.5 a 4.6.2019
Diego Vinícius Queiroz Silva	2017/2018	6 a 15.5.2019	14 a 23.10.2019		1º a 10.10.2019
Elisete Helaine Sorgato	2007/2008	13 a 22.5.2019	24.6 a 3.7.2019		2 a 11.5.2019
Érica Souto Brandão	2018/2019	5 a 14.11.2019	27.2 a 7.3.2019		21 a 30.5.2019
Flavia Alessandra de Freitas Magalhães	2018/2019	6 a 15.5.2019	10 a 19.12.2019		16 a 25.5.2019
Francimar Messias Assis Junior	2017/2018	27.8 a 5.9.2019	12 a 21.2.2020		6 a 15.5.2019
Frederick Werner Castellani Viacek	2015/2016	13.5 a 1º.6.2019			1º a 10.5.2019
Gilmara Daiana Schneider	2018/2019	10 a 19.7.2019	5 a 14.11.2019		6 a 15.5.2019
Giselle Machado Costa Fasolo	2017/2018	6 a 15.5.2019	2 a 11.9.2019		12 a 21.9.2019
Greyce Kelly Gomes Santiago	2017/2018	20 a 29.5.2019	30.9 a 9.10.2019		10 a 19.6.2019
Jonathan Bruno dos Santos Silva	2017/2018	13 a 22.5.2019	5 a 14.11.2019		27.5 a 5.6.2019
Guilherme Ken It de Campos Kikuchi	2017/2018	21.5 a 19.6.2019			
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2018/2019	2 a 11.9.2019	10 a 19.10.2019		3 a 12.5.2019
Irene Távora de Souza Silva	2017/2018	6 a 15.5.2019	30.9 a 9.10.2019		20 a 29.5.2019
José Guilherme de Oliveira	2016/2017	11 a 20.9.2019	9 a 18.12.2019		1º a 10.5.2019
Juliana Santos Amaral	2018/2019	10 a 19.6.2019	14 a 23.10.2019		2 a 11.5.2019
Leonardo Navarro Dias Gonçalves	2017/2018	6 a 25.5.2019	7 a 16.1.2020		
Luana Frazão Amarante Messias Torres	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	4 a 13.11.2019		6 a 15.5.2019
Lucas Santana Lima	2018/2019	14 a 23.10.2019	7 a 16.1.2020		20 a 29.5.2019
Lucineia Paula da Silva	2018/2019	10 a 19.7.2019	7 a 16.1.2020		8 a 17.5.2019
Lucyan Lacchi	2016/2017	6 a 25.5.2019			26.5 a 4.6.2019
Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos	2018/2019	6 a 15.5.2019	1º a 10.7.2019		20 a 29.5.2019
Maria Auxiliadora Zarate Jeffery	2018/2019	2 a 11.5.2019	14 a 23.10.2019	27.2 a 7.3.2020	
Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques	2017/2018	29.5 a 7.6.2019	14 a 23.8.2019	1º a 10.10.2019	
Nathalia Santa Catharina Poester	2018/2019	3 a 12.6.2019	7 a 16.10.2019		10 a 19.5.2019
Pedro Rafael Martins	2014/2015	22.5 a 10.6.2019			2 a 11.5.2019
Rafael Cezar Cavaretto	2015/2016	6 a 15.5.2019	10 a 19.6.2019		1º a 10.7.2019
Rodrigo Aparecido Rodrigues Moretti	2017/2018	31.5 a 19.6.2019	23.9 a 2.10.2019		
Simone Santana Aragão Martins	2010/2011	22.5 a 10.6.2019			2 a 11.5.2019
Sonia Ines Bilibio de Oliveira	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.10.2019		1º a 10.4.2019
Thais Noll Marques Perciany	2017/2018	16 a 25.5.2019	4 a 13.11.2019		6 a 15.5.2019
Thayná Arruda de Souza e Silva	2018/2019	7 a 26.1.2020			1º a 10.5.2019
Tonya Roberta Pettengill Novaes	2016/2017	13.5 a 11.6.2019			
Vanessa Cardoso Gai	2016/2017	3 a 12.6.2019	16 a 25.10.2019		6 a 15.5.2019
Vladimir Valentim de Souza	2017/2018	8 a 27.7.2019			2 a 11.5.2019
Wilson Flores Velasques	2018/2019	6 a 15.5.2019	8 a 17.7.2019		20 a 29.5.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

Retificação da Deliberação proferida pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 2 de abril de 2019, publicada no DOMP/MS nº 1.948, de 12.04.2019: Que, no item **7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO: – subitem 10. Inquérito Civil nº 06.2016.00000770-0** da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande, na deliberação passe a constar como: *Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

Campo Grande, 15 de abril de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 10/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002263-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato de fornecimento de combustíveis pela Prefeitura de Bonito.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000381-5 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003122-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens aço em Jaraguari/MS.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002145-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: Mário Prado Nascimento - Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na fazenda Colina Dourada, situada no município de Corguinho.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001027-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual descumprimento do Decreto nº 2.053, de 7 de novembro de 2017, do Executivo Municipal de Nova Andradina/MS.

RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000599-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar os responsáveis pela omissão do município de Nova Andradina/MS na conservação do córrego Umbaracá em seu perímetro urbano, inclusive dando ensejo à aplicação de multa pelo IBAMA. (IC nº 57/2014, migrado para SAJMP).
- 2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002979-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Neri Teixeira da Rosa - Assunto: Apurar o desmatamento de 1,57 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na propriedade identificada por CARMS nº 47.820, situada em Coxim, pertencente à Neri Teixeira da Rosa.
- 3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003500-4** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Banco do Povo, durante o mandato do ex-Governador José Orcírio Miranda dos Santos. (IC nº 22/2011, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001394-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aparecida do Taboado - Assunto: Apurar eventuais inadequações estruturais no Centro Educacional Infantil Menino Jesus.

5) Inquérito Civil nº 06.2015.00000379-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Camapuã - Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais consistentes no descarte inapropriado de resíduos decorrentes das lavagens de veículos e similares, cometidas por empreendimentos particulares do tipo lava-jato, bem como por parte da Prefeitura Municipal de Camapuã.

6) Inquérito Civil nº 06.2016.00000517-9 (Sigiloso) - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001163-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Banco Bonsucesso S/A - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana - Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana estaria descontando da folha de pagamento dos funcionários, parcelas referentes a empréstimos consignados e não estaria repassando as mesmas para as instituições financeiras.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001207-7 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: - Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental por parte de Paulo Edson de Oliveira Ramos conforme Laudo de Constatação nº 22747.

3) Inquérito Civil nº 06.2016.00001514-4 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

4) Inquérito Civil nº 06.2016.00001228-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Carlos Lo Pinto - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da construção de uma represa/barragem, em área de nascentes e vereda, no imóvel denominado fazenda São José, de propriedade de Antônio Carlos Lo Pinto.

5) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002281-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Empresa Agro Pantanal Insumos Agrícolas - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental e eventual poluição causada pela eventual inadequação das instalações da empresa Agropantanal, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 1120, bairro Milani, São Gabriel do Oeste/MS.

6) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000358-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Auto Posto Bizol Ltda.- ME e o município de Paraíso das Águas - Assunto: Apurar possível irregularidade no Pregão Presencial nº 007/2017 - Processo nº 2580/2016 - consistente na contratação de empresa que deixou de apresentar documento exigido no edital.

7) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003367-2 - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Peixoto e Barbosa Ltda.-ME - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no funcionamento da farmácia administrada pela empresa "Peixoto e Barbosa Ltda.- ME", que segundo consta não possui profissional responsável devidamente habilitado pelo CRF/MS, desde março de 2017.

RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00002113-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ramiro Alberti Filho - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda Santa Maria, em razão da supressão de 4,2367 hectares de vegetação nativa.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000352-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na criação do cargo de Coordenador do Departamento de Atenção Básica, na cidade de Guia Lopes da Laguna/MS, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003127-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens vidro em Bandeirantes/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000954-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Carlos Zilotti - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de reforma e ampliação de rancho de pesca inserido no interior de área de preservação permanente do rio Ivinhema, em Nova Andradina/MS.

RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003068-6 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000681-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Donato Lopes da Silva - Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública em razão de dispensa, em tese, ilegal de licitação, na contratação realizada pelo município de Rio Brilhante/MS com a empresa Schwade & Cia Ltda para compra de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel s-500 e óleo diesel s-10).
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003157-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 304,87 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, sem a devida autorização do órgão ambiental, noticiados no auto de infração nº 9145958 do IBAMA.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003126-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens plástico em Bandeirantes/MS.
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003491-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wiliam Douglas de Souza Brito - Assunto: Apurar os fatos noticiados no Ofício nº 844/GAB/2015. (IC nº 25/2015, migrado para o SAJMP).
- 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003128-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Jaraguari/MS - Assunto: Apurar possíveis os danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de alumínio em Jaraguari/MS.

RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2015.00000079-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Olavo Ribeiro Cardoso Machado - Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda São Francisco, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002002-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: 3º Grupamento de Polícia Militar Ambiental em Batayporã - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar derrubada de vegetação sem autorização ou licença ambiental na fazenda Japema, neste município de Ivinhema.

RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000053-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Flávio Flores Bittencourt - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do irregular parcelamento do solo na fazenda Porto Liberal, nas proximidades do rio Ivinhema, nesta Cidade.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000166-1 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000346-7** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar a regularidade do atual convênio celebrado entre o município de Campo Grande e Santa Casa de Campo Grande. (IC nº 05/2014, migrado para o SAJMP).
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003123-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de aço em Bandeirantes/MS.

RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000183-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hudson Oliveira da Silva-ME - Assunto: Apurar possível dano ambiental na rua Espírito Santo, nº 1890, centro, Sidrolândia/MS, conforme Fiscalização de Postura, Notificação e auto de infração nº 0398 da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001533-0 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000049-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Edilene Ajala de Almeida - Requerido: Associação Beneficente Ruralista Assistencialista Hospitalar de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar denúncia da existência de simulação de contratos de trabalho em órgão público, com a utilização de nome de terceiros.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003129-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Jaraguari/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de papel em Jaraguari/MS.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003130-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Jaraguari/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens plástico em Jaraguari/MS.

RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000274-2 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002908-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de ocorrência de danos ao erário público do município de Naviraí a partir do pagamento indevido de diárias a servidores públicos municipais, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 57/2016.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003124-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de alumínio em Bandeirantes/MS.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003125-2 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de papel em Bandeirantes/MS.

Campo Grande, 15 de abril de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Homologado e Adjudicado o resultado da licitação Convite nº 2/CPL/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/4148/2018).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução da obra de reforma e adaptação de ambientes no prédio principal da Procuradoria-Geral de Justiça, pavimento superior, ala “C”, localizado na rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e de todos os materiais necessários.

Vencedora: Ello Consultoria e Construções Eireli - ME, com o valor global de R\$ R\$ 173.683,81.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 15 de abril de 2019.

Comissão Permanente de Licitação/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 054/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0270/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **DUARTE E MAIA LTDA-ME**, representada por **José Roberto de Sousa Duarte**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000257, de 21.01.2019.

Vigência: 28.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 28 de janeiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 124/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/1189/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **POLISINI E PIOVEZANI LTDA-EPP**, representada por **Marco Polisini**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos Nota de Empenho 2019NE001238, de 22.03.2019

Vigência: 28.03.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 28 de março de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 125/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/1191/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **POLISINI E PIOVEZANI LTDA-EPP**, representada por **Marco Polisini**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE001225, de 22.03.2019.

Vigência: 28.03.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 28 de março de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0002/2019/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, n. 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003022-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: DETRAN/MS

Assunto: Apurar eventual favorecimento de empresa durante o processo de credenciamento e homologação de sistema destinado à realização, gerenciamento e integração de vistorias de identificação veicular, no âmbito do DETRAN/MS.

Campo Grande, MS, 15 de abril de 2019.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0004/2019/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2019.00000400-4.

Requerente: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande MS.

Assunto: Apurar irregularidades na demanda reprimida para consulta na especialidade de psiquiatria adulto na Rede Municipal.

Campo Grande, MS, 12 de abril de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

CORUMBÁ

EDITAL 0012/2019/05PJ/CBA**Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002160-0**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado nos autos do Inquérito Civil 06.2018.00002160-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Compromissária: Francely Laura de Moraes. Objeto: A compromissária reconhece que recebeu indevidamente remuneração dos cofres públicos do Município de Ladário no período compreendido entre abril de 2014 a janeiro de 2015. Por consequência lógica do reconhecimento estabelecido na cláusula anterior, a COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de ressarcir integralmente aos cofres públicos do interveniente MUNICÍPIO DE LADÁRIO, mediante depósito ou transferência no Banco do Brasil, Agência 0014-0, Conta Corrente 3.990-x (Rendas Locais), CNPJ 03.330.453/0001-74 R\$, da importância de R\$ 20.352,75 (vinte mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) valor devidamente corrigido e atualizado pelo IGP-M/FGV, que será pago em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 565,35 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), com vencimento todo 10 de cada mês, com início no mês de abril de 2019. No caso de inadimplemento, será aplicado 2% (dois) a título de multa de mora e 1% (um) a título de juros por mês de atraso (pro rata die), no valor da respectiva parcela. A comprovação da quitação das parcelas deverá ser efetuada mensalmente, apresentando-se cópia do comprovante de depósito ao Ministério Público, em até 03 (três) dias úteis de efetivado o pagamento. Em caso de inadimplência da COMPROMISSÁRIA incidirá multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que poderá ser executada em conjunto com o valor remanescente atualizado, servindo o presente acordo, também para tal propósito, como título executivo. Por se tratar de medida necessária e suficiente à reprovação dos atos praticados, a COMPROMISSÁRIA, que já foi exonerada do cargo público, se compromete a efetuar o pagamento de multa civil (art. 12, III, LIA) em valor equivalente a duas vezes o valor da sua última remuneração percebida, sendo valor utilizado como base o provento de Janeiro de 2015 que é R\$ 1.066,14 (mil e sessenta e seis reais e catorze centavos), totalizando R\$ 2.132,28 (dois mil, cento e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) que será pago em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 213,22 (duzentos e treze reais e vinte e dois centavos), com vencimento todo 10 de cada mês, com início no mês de abril de 2019. No caso de inadimplemento da COMPROMISSÁRIA incidirá multa no valor de um salário mínimo, que poderá ser executada em conjunto com os valores especificados na cláusula terceira, devidamente atualizados, servindo o presente acordo, também para tal propósito, como título executivo.

Data de celebração do TAC: 28 de fevereiro de 2019.

Corumbá/MS, 03 de abril de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0013/2019/05PJ/CBA**Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000266-1**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00000266-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Controladoria-Geral do Município de Ladário

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório, na concorrência nº 171/2018 – Processo 280/2018 – que teve por objeto a contratação de serviços do tipo global para reforma e manutenção (pintura, esgoto, hidráulico, telhado) com fornecimento de mão de obra e todo material necessário- planilha SINAPI, em atendimento à unidade de saúde da policlínica CNES 7551568.

Corumbá/MS, 27 de março de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0014/2019/05PJ/CBA**Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000297-2**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00000297-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hedyl Marcos Benzi Filho

Assunto: Apurar suposta acumulação de remuneração indevida pelo policial civil Hedyl Marcos Benzi, no período de 2009 a 2012, ao assumir o mandato eletivo de Vice-Prefeito no Município de Ladário.

Corumbá/MS, 27 de março de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0015/2019/05PJ/CBA**Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001013-9**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00001013-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Francy Laura de Moraes

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a Sra. Francy Laura de Moraes

Corumbá/MS, 29 de março de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0016/2019/05PJ/CBA**Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000019-6**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00000019-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Câmara Municipal de Ladário/MS

Requeridos: Banco Bradesco S.A.

Assunto: Apurar demora no atendimento ao consumidor na unidade de atendimento do Banco Bradesco em Ladário/MS.

Corumbá/MS, 29 de março de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0017/2019/05PJ/CBA**Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000157-3**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00000157-3, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Procon de Corumbá/MS

Requerido: Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A

Assunto: Apurar eventuais práticas consideradas abusivas ao direito do consumidor praticadas pela empresa Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A noticiados pelo PROCON por meio do Ofício nº 069/2018, consistente na forma de cobrança nos casos de revisão de faturamento de consumo de energia elétrica, após a substituição de medidores.

Corumbá/MS, 04 de abril de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0018/2019/05PJ/CBA**Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001299-2**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00001299-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ladário

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da decisão de urgência proferida nos autos nº 0801697-33.2016.8.12.0008, consistente na obrigação do Município de Ladário de se abster de contratar os servidores temporários em desacordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e sem prévia autorização judicial.

Corumbá/MS, 10 de abril de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0013/2019/02PJ/AMB - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00002898-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai

Objeto: Acompanhar os atendimentos prestados a Éster Gonçalves, pessoa com deficiência, para superação de situação de risco.

Amambai (MS), 12 de abril de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

IVINHEMA

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002821-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: apurar eventual ilegalidade e ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de servidores através de processo seletivo simplificado em detrimento da realização de concurso público para provimento de servidores efetivos.

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2019/01PJ/IVH

Dispõe sobre a criação do cargo efetivo de controlador do Município de Ivinhema/MS, e a realização de concurso público para seu provimento.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no artigo 44, da Resolução n. 15/2007-PGJ/MS, no âmbito do Inquérito Civil n. 06.2018.00002821-4, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, “*caput*”, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 4º dispõe que os “*agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos*”;

CONSIDERANDO que a mesma Lei Federal nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 11 dispõe que constitui “*ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, (...)*”;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 9.784/99, “*a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Estadual, através desta Promotoria de Justiça, esta acompanhando as providências para a criação de cargos e realização de concurso público para provimento de servidores efetivos no Município de Ivinhema/MS;

CONSIDERANDO que, em consulta ao portal de transparência do Município de Ivinhema verifica-se que a função de Controlador atualmente é cargo de provimento em comissão;

CONSIDERANDO que este subscritor esteve no paço municipal onde constatou que o cargo esta sendo ocupado por servidor efetivo dos quadros do município, concursado em cargo diverso, designado para a função de controlador;

CONSIDERANDO que o art. 70 da Constituição Federal estabelece “*A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder*”. (G.N);

CONSIDERANDO que pelo teor do art. 74, os três Poderes ficam obrigados a manter de forma integrada Sistema de Controle Interno:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”.

CONSIDERANDO que, quanto aos municípios, a Constituição Federal no art. 31 dispõe que “*A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei*”. (Grifei);

CONSIDERANDO que o controle interno é aquele exercido por um agente ou órgão dentro de um mesmo Poder, e, especificamente quanto a Controladoria Interna, verifica-se que se trata de um controle da própria gestão, realizado por uma unidade de Auditoria Interna, que tem por atribuição medir e avaliar a eficiência e eficácia de outros controles, contribuindo para a organização e alcance de seus objetivos;

CONSIDERANDO que, conforme determinação no próprio texto constitucional vigente (art. 74, § 1, da Constituição Federal), o Órgão de Controle Interno tem a obrigação cientificar o Tribunal de Contas de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária;

CONSIDERANDO que, tendo o servidor titular da Controladoria Interna tomado ciência de qualquer ilegalidade, deve imediatamente comunicar à autoridade competente para seu saneamento, e, se esta não adotar qualquer medida, deve-se cientificar o Controle Externo;

CONSIDERANDO que, para bem desempenhar suas atribuições, os ocupantes dos cargos integrantes do Controle Interno Municipal devem ser composto por servidores efetivos, devidamente treinados para o mister e amparados por meios e formas adequados que os preservem de constrangimentos e coerções hierárquicas no exercício da obrigação constitucional de dar ciência ao Tribunal de Contas, quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, pois somente assim poderão as irregularidades detectadas ser corrigidas, sem que ocorram maiores prejuízos ao erário;¹

CONSIDERANDO que, preencher funções de controle interno com cargos comissionados abre portas para a corrupção, pois esses servidores, ainda que saibam de fatos que comprometem a lisura da atuação do administrador público, muito provavelmente ficaram inertes, uma vez que o provimento por comissionamento não os protege e ampara de constrangimentos e coerções da autoridade nomeante, o que faz surgir a célebre cumplicidade por omissão;²

CONSIDERANDO que, o comissionamento reclama um comprometimento ideológico e de extrema proximidade entre a autoridade nomeante e aquele que exercerá as funções de direção, chefia e assessoramento, motivo

1 Recomendação do Tribunal de Contas da União na análise das Contas do Governo de 1990. Disponível em: <http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/url/ITEM/E70A5B9250098A4DE03001_OA_700022138>, acessado em 29 de março de 2019.

2 FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Controle da administração pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

pelo qual tal forma de provimento se mostra incompatível com o encargo de controle interno e a fiscalização do uso de recursos públicos;

CONSIDERANDO que, desta forma, não pode o agente fiscalizador prestar subserviência àqueles cujos atos deverá investigar a retidão, pois, caso contrário, em inversão lógica formidável, seria admissível que aquele a ser auditado pudesse escolher livremente o auditor;

CONSIDERANDO que, para preservar a isenção da auditoria, e dar-lhe a esperada autonomia no controle das práticas administrativas, deve-se evitar que o ocupante de cargos dessa natureza esteja sujeito à instabilidade do provimento em comissão;

CONSIDERANDO que, o cargo Controlador Interno detém funções que, para serem bem exercidas, pressupõe a ausência de fideduciação entre a autoridade a ser fiscalizada e o servidor fiscalizador;

CONSIDERANDO que, neste sentido, baseados na lição de Maria Aparecida da Silva Martins³, podemos mencionar diversas distorções que o provimento de cargos públicos por comissionamento pode trazer para o serviço público:

- Não há como treinar e capacitar um servidor público comissionado, sem vínculo efetivo com administração pública, de forma adequada, considerando a precariedade da admissão para esse tipo de cargo. A capacitação e o treinamento de um servidor têm um custo alto para o erário, por esse motivo, deve ser priorizado o aperfeiçoamento do servidor ocupante de cargo efetivo, considerando, inclusive, que o servidor comissionado não passa por nenhum tipo de seleção, ingressando no serviço público em muitos casos sem ter nenhum conhecimento da atividade que vai exercer, ou seja, entra no serviço público sem os conhecimentos básicos para o exercício do cargo. Em contra partida, o servidor que se submeteu a concurso público enfrentou uma grande concorrência, tendo, em função disso, que se preparar para o exercício do cargo público, ingressando no serviço público com bons conhecimentos em relação à atividade que vai desempenhar;
- Como não há nenhuma exigência, em regra, para que o comissionado seja nomeado para um cargo público, podem ocorrer nomeações por clientelismo, quando a nomeação se dá como forma de retribuir um favor pessoal, geralmente após uma eleição, na qual o candidato vencedor distribui cargos aos que o apoiaram. Assim, a nomeação pode ocorrer por amizade entre nomeado e nomeante, ou seja, há diversas formas de nomeações que desrespeitam os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência;
- Servidores despreparados, em regra, para o exercício da função pública, considerando a forma como são conduzidos aos cargos públicos, sem aferição do mérito para a admissão. Isso certamente influenciará no desempenho das atividades relacionadas ao cargo;
- Descompromisso com o exercício da função pública, tendo em vista a precariedade da nomeação e da possível exoneração a qualquer tempo do ocupante do cargo;
- Descontinuidade das atividades, em função do caráter precário dessa forma de admissão e da grande rotatividade existente com relação aos ocupantes de cargo em comissão, ou seja, na troca da autoridade nomeante, em regra, os ocupantes dos cargos comissionados são exonerados, pois raramente a autoridade sucessora terá a chamada confiança naqueles servidores nomeados anteriormente;
- Insegurança quanto ao exercício do cargo, pois como não possuem estabilidade, estão sujeitos às demandas da autoridade nomeante, que em determinadas situações poderão conflitar com os preceitos legais. Assim, não tendo estabilidade para o exercício da função não possuem a independência necessária para o bom desempenho de suas atividades;
- Controle inadequado com relação às atividades a serem executadas, bem como quanto ao controle da jornada de trabalho, ou seja, controle de frequência ao trabalho, tendo em vista que esses servidores são nomeados em função de mera indicação, e em muitos casos decorrente de amizade entre a autoridade nomeante e o nomeado. Isso faz com que haja um afrouxamento nos controles anteriormente referidos;
- Não há como aplicar as penas disciplinares atribuídas aos servidores ocupantes de cargos efetivos aos comissionados, considerando a precariedade do provimento desse tipo de cargo. Isto é, as penas administrativas, em regra, não podem ser aplicadas a esses servidores;

3 Cargos em Comissão na Administração Pública: Limites à sua Criação e Utilização Indevida. Revista Controle: Doutrinas e artigos, ISSN-e 2525-3387, ISSN 1980-086X, Vol. 13, Nº. 1, 2015, págs. 346-370.

- Pode facilitar o surgimento de servidores “fantasmas”, considerando o grau de amizade entre a autoridade nomeante e o nomeado, e em função disso não haver um controle adequado da jornada de trabalho, e até mesmo falta de controle com relação às atividades exercidas pelos servidores comissionados.

CONSIDERANDO que, inclusive, tendo em vista esse quadro, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1041210, reafirmou sua jurisprudência dominante acerca dos critérios para criação de cargos em comissão, fixando-se as seguintes teses:

- a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;*
- b) Tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;*
- c) O número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e*
- d) As atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.*

CONSIDERANDO que, dada sua importância para o Município, não é ideal que o Órgão de Controle Interno tenha uma grande rotatividade em seu quadro de pessoal, e, por isso, é necessário que haja servidores efetivos;

CONSIDERANDO que esta condição fará com que os servidores conheçam cada vez mais o Município, haja vista que eles se tornarão mais experientes conforme o tempo for passando, podendo, por conseguinte, contribuir mais para o Município de forma mais efetiva, pois manterão uma postura responsável e fidedignas à função que exercem;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ivinhema/MS, o que segue:

1 – Aproveitando do momento, elabore projeto de lei e encaminhe ao legislativo criando o cargo efetivo de controlador, e, outros necessários ao bom desempenho da atividade⁴, bem como, faça prever vaga para controlador no concurso que será realizado ainda neste ano;

2 – Apresentar resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo;

3 – Promova a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, nos termos do Parágrafo Único do artigo 45 da Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara Municipal de Ivinhema/MS, para fins de conhecimento;
- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, para ciência;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Ivinhema/MS, 11 de abril de 2019

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

4 O órgão (controladoria), não pode ser composto por um único servidor sobre pena de inviabilizar a eficiência e presteza que dele se espera.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

EDITAL Nº 001/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O promotor de Justiça da Comarca de Sonora/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Sonora, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025-2018, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Sonora até o dia 25/04/2019.

Sonora, 12 de abril de 2019.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SONORA	Órgão / Setor PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SONORA		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 200-013- Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.) – 2007 a 2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2007	Exercício 2016
Classe/Subclasse 200-011- ofício requisitando diligência – 2007 a 2018;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2007	Exercício 2018
Classe/Subclasse 000-003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) – 2007 a 2018;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2007	Exercício 2018
Classe/Subclasse 200-004- Termos/oitivas de declarações – 2012 a 2018;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2012	Exercício 2018
Classe/Subclasse 200-081- Controle de tramitação ou comprovante de remessa- 2007 a 2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2007	Exercício 2016
Classe/Subclasse 200-050 - Notícia de Fato – 2012 a 2017;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2012	Exercício 2017
Classe/Subclasse 200-078 - Relatórios de vistoria e inspeção em estabelecimento penal e entidades de atendimento – 2007 a 2017;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2007	Exercício 2017
Classe/Subclasse 000-003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) – 2009 a 2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2009	Exercício 2016
Classe/Subclasse 200-017- termo de ajustamento de conduta – 2008 a 2014;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018,	Exercício 2008	Exercício 2014

	os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda		
Classe/Subclasse 200-055- guia de abrigo – 2010 a 2013;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2010	Exercício 2013
Classe/Subclasse 200-047- relatório de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações – 2012 a 2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2012	Exercício 2016
Classe/Subclasse 200-040- pedidos de providências ou requisições de diligências em intervenção pré-processual – 2011 a 2013;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2011	Exercício 2013
Classe/Subclasse 200-012 - atas de audiências diversas – 2008 a 2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2008	Exercício 2016
Classe/Subclasse 200-005 – controle de carga de inquéritos – 2011 a 2015;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	Exercício 2011	Exercício 2015
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Laura Aparecida Soares Pedroso – Assessora Jurídica Data do preenchimento: 04/04/2019			